

**REVISITANDO O VALONGO: MERCADO DE ALMAS, LAZARETO
E CEMITÉRIO DE AFRICANOS NO PORTAL DO ATLÂNTICO
(A CIDADE DO RIO DE JANEIRO, NO SÉCULO XIX)**

Júlio César Medeiros da Silva Pereira*

Recebido 01/06/2013
Aprovado 30/06/2013

Resumo: Este artigo visa a analisar as articulações comerciais em torno da compra e venda de escravos que giravam em torno do tripé cemitério, lazareto e tráfico negreiro. A pesquisa tem demonstrado que havia um vínculo muito pronunciado entre essas diversas instituições situadas no Valongo, voltadas claramente à sustentação da sociedade escravista brasileira do século XIX.

Palavras-chave: Cemitério – Valongo – Tráfico.

Abstract: This article aims to analyze the trade articulations around the buying and selling of slaves based on the Cemetery, lazaretto and Black slave trade. Research has shown that there was a very strong bond between these various institutions, situated in the Valongo, clearly geared for supporting the slavery of the nineteenth century.

Keywords: Burial ground – Valongo – Slave Trade.

*Próximo à rua do Valongo está o cemitério dos
que escapam para sempre da escravidão.¹*

A epígrafe acima foi retirada das impressões do viajante alemão Freireyss, quando de sua viagem ao Brasil na primeira metade do século XIX. Na ocasião, ao passear pelo Valongo, saltou-lhe à vista o comércio de gente, praticado sem nenhum pudor em plena luz do dia, e sepultamento de escravos praticado no “acesso ao saco da Gamboa através da Rua do Cemitério (atual Pedro Ernesto), que ligava essa praia à praia do Valongo”, no caminho havia “além das chácaras que o ladeavam, situava-se nesse lugar o Cemitério dos Pretos Novos, cuja presença dera nome ao logradouro”.²

* Doutor em História da Ciência e da Saúde pela Fiocruz, Pesquisador do Instituto de Pesquisa e Memória Pretos Novos (IPN). E-mail: gulho@uol.com.br

¹ FREIREYSS, G. W. *Viagem ao interior do Brasil*. Belo-Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982. p. 23.

² CARDOSO, E. *História dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Zona Portuária*. Rio de Janeiro: Índex, 1987. p. 38.

A vida dos escravos estava agora tão patente aos seus olhos quanto o descarte dos corpos dos mortos. O que o viajante talvez não soubesse é que estava a pisar no maior entreposto de escravos da América Latina. Ali se encontrava a melhor amostra do que havia do outro lado do Atlântico: uma parte da África introduzida forçadamente nas terras genericamente denominadas Brasil. Mas é possível que a inserção de uma comunidade escrava dentro de outra não desse certo caso não existisse uma gama de instituições dotadas de certo nível de organização. Este artigo se propõe a analisar a emergência do Valongo enquanto somatório dessas instituições que amparavam o sistema escravista vigente durante o primeiro quartel do século XIX. A partir dos indícios de sepultamento no Cemitério dos Pretos Novos, o infame campo santo, cravado no meio daquela região, procurar-se-á, pelos próximos parágrafos, resgatar os espaços percorridos pelos escravos não enquanto habitantes, mas como parte fundamental do comércio de almas.

Para tanto, recorreu-se a diversas fontes que dão conta não apenas do Cemitério dos Pretos Novos, mas da formação de toda a região denominada Valongo, a antiga região noroeste da cidade do Rio de Janeiro. Tais fontes constam de documentos paroquiais, cartoriais e ainda relatos de viajantes e memorialistas que ajudam a reconstruir a experiência escrava de diversos grupos étnicos que habitavam a região. Sugere-se que o funcionamento do Valongo, maior entreposto comercial da primeira metade do século XIX, ancorava-se na existência de três instituições que funcionavam de forma interligada. Em primeiro lugar, havia um mercado de escravos organizado e regulado minimamente dentro de uma estrutura arcaica e quase imóvel do Estado. Em seguida, existia um lazareto, cuja disputa em torno da sua manutenção trouxe um acalorado debate político entre a Provedoria de Saúde e os mesmos traficantes. No fim desta linha encontrava-se o Cemitério dos Pretos Novos como o ponto final para os donos dos corpos daqueles que morriam dentro do perímetro do Valongo.³

A história do Valongo enquanto entreposto comercial inicia-se, na verdade, na antiga Rua Direita, atual Primeiro de Março. Ali, bem na entrada da cidade, era praticado o comércio de almas sem pudor algum. Ao longo de suas calçadas, antigas construções eram usadas para vender e comprar de tudo, inclusive pessoas. Do tempo em que o mercado de escravos estava encravado na Rua Direita há poucas informações.

³ PEREIRA, Júlio César M. da S. **À flor da Terra: morte e sepultamento de escravos recém-chegados no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamnd/Prefeitura do Rio de Janeiro, *passim*.

Uma referência é a reclamação, feita pelos vereadores e encaminhada ao rei, em 9/12/1722, em que faziam ciente à Coroa de que senhores de engenho e lavradores reclamavam do fato de que nunca conseguiam comprar os escravos que desejavam, pois ao chegarem só lhes restavam a alternativa de comprá-los nas mãos daqueles que chamavam de “atravessadores”.⁴

O governador do Rio de Janeiro prontamente sai em defesa dos ditos “atravessadores”, e em carta endereçada ao rei, Antônio Pedro de Miranda, em 1722, relata sobre a venda de escravos novos; reclama de que a venda de escravos que vinham para esta cidade era “pública e comum para todos aqueles que os procuram ou querem comprar a fim de satisfazerem com o seu produto não só os Direitos Reais, mas também os fretes e letras que se costumam passar sobre os ditos escravos”⁵ e que não era preciso ter dinheiro em espécie, necessariamente, haja vista que havia pessoas que compravam “fiado para tornar a vender alguns daqueles que são bons, mas comumente só fazem no resto da carregaço”.⁶ Os sãos eram vendidos rapidamente, mas os doentes, ou seja, os “refugos”, demoravam um pouco mais. Destarte que seus compradores, após cuidarem de suas chagas, os recolocavam à venda na cidade e, pode parecer espantoso, mas, nas palavras do governador, eram os “pobres que não têm outro modo de vida”⁷ que se davam a este tipo de negócio e dele sobreviviam.

O missivista ao rei informa que, desta forma, independente do tempo de exposição, todos podiam ter acesso à mercadoria humana. Os mais ricos compravam os sãos, os mais pobres compravam os moribundos, mas mesmo estes não perdiam dinheiro, pois, após curar os escravos de suas enfermidades, os vendiam novamente por um preço satisfatório. Em suma, Miranda termina por defender esses pequenos compradores; para ele, estes não eram ricos e nem “atravessadores” como constava das reclamações dos compradores de escravos, os reclamavam porque nunca chegavam a tempo para os leilões, só lhes restando comprar na mão desses pequenos comerciantes, taxados atravessadores. Para o governador do Rio de Janeiro, a existência desses pequenos negociantes era importante, sobretudo porque assim baixava o tempo de

⁴ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Desembarques. In: FLORENTINO, Manolo Garcia (org.). **Tráfico cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. p. 38.

⁵ Carta de Antônio Pedro de Miranda ao rei sobre o comércio de escravos *apud* Nireu Oliveira Cavalcanti. **Desembarques**. Op. Cit., p. 38-39.

⁶ *Ibidem*.

⁷ *Ibidem*.

espera pela venda dos escravos, diminuindo a mortalidade e minorando a perda financeira, conforme se pode constatar a seguir:

Antes são convenientes e mui úteis a este grande comércio semelhantes compradores, como meio eficaz de se conservarem os comerciantes e traficantes dele, porque chegando a esta com os ditos escravos tendo pronta saída nos mesmos, cuidam logo em voltar ao resgate ou compra de outros e não tendo forçosamente se hão de arruinar com a demora por causa da mortandade que experimentam por inseparáveis do seu tráfico a falta de comodidade de custeá-los.⁸

Em razão do descuido e da falta de organização na hora da venda dos escravos, os comerciantes de escravos sentiram a necessidade de um novo local de mercado, pelo menos mais ordeiro, no qual pudessem chegar com presteza tão logo aportasse um navio negreiro. Pelo visto, a reclamação dos senhores de engenho não foi ouvida pelos vereadores, e o mercado continuou a funcionar ali até a administração do Marquês de Lavradio. E os escravos mortos continuavam a serem levados para o Cemitério dos Pretos Novos, ainda situado no Largo de Santa Rita.

Somente o Marquês de Lavradio, quando ocupante do cargo de vice-rei e Capitão General de Mar e Terra do Estado do Brasil, por volta de 1769, é quem nos conta como o negócio era feito no antigo mercado:

Havia [...] nesta cidade, o terrível costume de tão logo os negros desembarcaram no porto vindos da costa africana, entrar na cidade através das principais vias públicas, não apenas carregados de inúmeras doenças, mas nus [...] e fazem tudo que a natureza sugeria no meio da rua.⁹

O Marquês não perdeu a oportunidade em recomendar que não mais se fizesse o comércio dessa forma e expulsou do centro da cidade os mercadores e o seu mercado.

Minha decisão foi a de que quando os escravos fossem desembarcados na alfândega, deveriam ser enviados de botes ao lugar chamado Valongo, que

⁸ AHU, Avulsos Rio de Janeiro, cx 84, doc 19, *apud* Nireu Oliveira Cavalcanti. Op. Cit., p. 38-39.

⁹ Carta do Marquês do Lavradio *apud* AMARAL, Brás. Os grandes mercados de escravos africanos. In: factos da vida do Brasil. Op. Cit., p. 148-149.

fica em um subúrbio da cidade, separado de todo contato, e que as muitas lojas e armazéns deveriam ser utilizadas para alojá-los.¹⁰

O discurso evocado por Lavradio empresta voz ao pedido dos senhores de engenho por um novo local mais ordenado, ao mesmo tempo em que se insere em um novo projeto de remodelação da cidade e da limpeza urbana.

Sendo-me presente os gravíssimos danos, que se tem seguido aos moradores desta cidade de se conservarem efetivamente, dentro da mesma, imensos negros novos que vêm dos portos de Guiné e Costa de África, infestados de gravíssimas enfermidades, assim adquiridas na viagem, como das que lhe sobrevêm depois de saltarem em terra, pela falta do cuidado e comodidade, com que deverão ser tratados, dos quais se acham sempre cheias a maior parte das ruas, e casas dos comerciantes, [...] donde se acham, para serem vendidos, com a introdução de novo com os que estão chegando daqueles mesmos portos e costa, de que tem resultado contagiosas queixas.¹¹

A mortalidade escrava, bem como as epidemias que assolavam a corte, motivou um clamor contra o mercado praticado na Rua Direita; nele o comércio não é atacado diretamente, e sim o local e a forma como era praticado. Após lembrar ao rei de que o pedido é antigo, mas que fora sempre negado – referindo-se à reclamação dos vereadores já mencionada – o Marquês aponta os únicos padecedores deste mal:

Deixaram de atender sem haver razão em que se fundarem para ao bem comum de verem prevalecer os falsos interesses particulares, querendo, pois, aplicar o remédio às gravíssimas queixas que têm infeccionado todo este país com imensos danos dos seus moradores, que, vendo-se assolados, reduzidos a última miséria e oprimidos das ruínas de tantos estragos, bradam, gemem e suspiram aflitos e desconsolados pelo alívio.¹²

“Os oprimidos das ruínas de tantos estragos”, que gemiam e suspiravam aflitos, não podiam mais tardar em serem atendidos em seus “justos clamores”.¹³ Era tempo,

¹⁰ Ibidem.

¹¹ ANRJ, código 70, v. 7, *Carta do Marquês do Lavradio*, p. 231, *apud* Nireu Oliveira Cavalcanti. *Op. Cit.*, p. 47-48.

¹² Ibidem.

¹³ Ibidem.

segundo o Marquês, de se acabar com o mercado e colocar o incômodo local de venda fora dos contornos da cidade. Posto isto, o próprio vice-rei determina:

Os negros novos, que vem dos portos da Guiné e Costa da África, ordenando, que tanto os que se acharem nela, como os que vieram chegando de novo daqueles portos, de bordo das mesmas embarcações que os conduzirem, depois de dada a visita da Saúde, sem saltarem a terra, sejam imediatamente levados ao sítio do Valongo, onde se conservarão, desde a Pedra da Prainha até a Gamboa e lá se lhes dará saída e se curarão os doentes **e enterrarão os mortos**, sem poderem jamais saírem daquele lugar para esta cidade, por mais justificados motivos que hajam **e nem ainda depois de mortos**, para se enterrarem nos cemitérios da cidade... [grifo nosso]¹⁴

A ordem dada por Lavradio foi severa: os escravos que não fossem vendidos não sairiam do Valongo “nem depois de mortos”, porque o novo cemitério era bem próximo ao mercado.¹⁵ A intenção era, ainda que em segundo plano, retirar os cemitérios de dentro do perímetro urbano, quiçá os enterramentos intramuros.

Segundo Luccok, a forma de enterramento dos escravos já era precária desde o largo de Santa Rita.¹⁶ Com efeito, este tipo de sepultamento, que deixava defuntos expostos à luz do sol, foi um dos motivos do Marquês demarcar o Valongo como o lugar no qual se “enterrarão os mortos”.

O historiador Nireu Cavalcanti afirma que a mudança do mercado “marcou a região do Valongo como a do espaço do comércio e do enterramento dos mortos, num cemitério a ser construído para os pretos novos”¹⁷ e isto proibiu o enterro de tais escravos nos tradicionais cemitérios da Santa Casa e mesmo o do largo de Santa Rita. Entrementes, Santa Rita continuaria a administrar o campo santo que passaria a ser localizado “no caminho da Gamboa, num trecho que passou a ser chamado de Rua do Cemitério”.¹⁸

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Tão próximo era o Cemitério dos Pretos Novos que o viajante G. W. Freireyss relatou que o referido campo santo podia ser visto pelos escravos vivos, expostos no mercado Cf. FREIREYSS, G. W. Op. Cit., p. 134.

¹⁶ “Diante da igreja havia uma pequena praça quadrada, cujo o meio tinha um cruzeiro erguido para almas dos escravos cujo os ossos debaixo dele tinham ficado para sempre. A seu lado um chafariz veio fazer-lhe companhia em 1839, hoje não mais existente” (sic) Cf. LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975. p. 39.

¹⁷ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Op. Cit., p. 10.

¹⁸ Ibidem.

Desta feita, em 1769 o mercado foi trasladado para a referida Rua do Valongo, também descrita por R. Conrad como “longa e sinuosa”,¹⁹ que dava acesso direto ao porto. Por ela passavam os escravos recém-chegados e eram acomodados em barracões, não sem antes percorrerem certas etapas do processo de venda como o pagamento de impostos sobre todos os escravos acima de três anos e a quarentena de oito dias a partir da decisão de Lavradio.

No período da quarentena, recebiam às vezes uma muda de roupa e tinham suas chagas cuidadas para depois serem entregues aos mercadores que os conduziam até a Rua do Valongo, onde se estabeleceram grandes galpões – ou armazéns, como preferiu chamar o Marquês – nos quais cabiam de 300 a 400 escravos. O Valongo, como se sabe, deu nome à toda parte nordeste da cidade, que hoje compreenderia os bairros da Saúde e Gamboa, pertencentes, antigamente, à freguesia de Santa Rita.

Ainda que não tenha sido este o intuito primeiro do Marquês, a mudança do mercado para o Valongo saiu-se como um golpe contra aqueles que viviam de comprar escravos doentes e moribundos para tratá-los e revendê-los – os chamados pelos senhores de engenho de “atravessadores”. Nesse novo sistema, os doentes eram radicalmente separados do contato dos sãos e levados para ilhas próximas, a fim de permanecerem em observação. Concomitantemente, o mercado passou a ser regulado e abastecido regularmente com as “peças da índia” como o único local possível para a obtenção de escravos; dito de outro modo, a concentração de toda a mercadoria humana em um só ponto da cidade facilitou o acesso de consumidores, diferentemente da situação anterior, na qual várias casas espalhadas pela Rua Direita e adjacências da Praia do Peixe exibiam seu comércio cada um a seu tempo. Neste momento, a mortalidade escrava deve ter aumentado sobremaneira, uma vez que sem os cuidados médicos previamente recebidos, mas, em vez disso, isolados em leprosários e afins, os escravos devem ter morrido mais que dantes.

Se a intenção do Marquês do Lavradio foi a de primar pela limpeza e organização e fazer cessar o “terrível costume” de os escravos recém-chegados fazerem suas necessidades em público, além de recriar um espaço destinado exclusivamente ao comércio, assim como minimizar o número da escravaria morta, outro relato indica uma

¹⁹ CONRAD, Robert E. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 25.

situação bem diversa: o espanhol Juan Francisco Aguirre, que ali esteve em 1783, dizia que os africanos eram espancados e jogados ao chão “entre mil imundícies, quase nus, encurralados em miseráveis habitações”.²⁰ A região do Valongo, antes deste traslado do mercado de escravos para a sua região, era uma região de chácaras, de poucas habitações e afastada do perímetro enxadrezado que limitava a cidade do Rio de Janeiro. Paulatinamente, ela passou a ser habitada por pessoas de pequenas posses na mesma intensidade em que os mais abastados deixaram a região em direção aos novos cainhos abertos e ocupados, no início do século XIX.

Por volta de 1817, já havia aproximadamente 34 grandes estabelecimentos comerciais no Valongo,²¹ e essa região passou a ser um dos locais mais movimentados do Rio de Janeiro. Casas comerciais, de importação e exportação, depósitos de armadores e trapiches apinharam esta região nordeste da cidade. Pessoas pelas ruas comprando e vendendo objetos. Aqui, escravos ao ganho com seus tabuleiros, à frente dos estabelecimentos de seus senhores, ofereciam diversas mercadorias e víveres. Ali, escravos cesteiros faziam e vendiam seus cestos nas calçadas; acolá, cativos eram expostos aos ávidos compradores, ao lado de animais de carga e sacas de grãos.

Entretanto, a cena de venda de escravos foi a marca que mais impressionou os viajantes do século XIX:

Os negros, tanto livres quanto escravos, parecem alegres e felizes no trabalho. Há tanta procura deles que se encontram em pleno emprego e têm, naturalmente, boa paga. Lembram aos outros aqui o menos possível a triste condição servil, **a não ser quando se passa pela Rua do Valongo (grifo nosso).**²²

Já o cais do Valongo vivia anos de intensa agitação dado ao movimento constante de embarcações que nele atracavam. Após 1808, a reboque da vinda da Família Real, sumacas, patachos e bergantins atracavam no ancoradouro do Valongo trazendo sua carga humana, vinda de África, enquanto outras tantas embarcações menores cuidavam de transportá-los para outras regiões litorâneas da Corte ou fora dela.

²⁰ RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio**: propostas e experiências no final do tráfico atlântico para o Brasil (1800-1850). Campinas: Editora Unicamp; Secult, 2000. p. 298.

²¹ Ibidem.

²² GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1990. p. 208.

Os navios negreiros que chegavam passavam antes pela Alfândega. Ali os traficantes pagavam as taxas sobre os escravos acima de três anos²³ e só então os africanos eram levados à costa em embarcações menores, a fim de serem leiloados; os que sobravam eram transportados para outras regiões.

Comerciantes, estrangeiros e escravos, provavelmente ao menos uma vez, teriam trafegado por aquela região portuária; e, pela descrição do viajante C. Brand, não nos é difícil imaginar a precariedade do local:

A primeira loja de carne em que entramos continha cerca de trezentas crianças, de ambos os sexos, o mais velho poderia ter doze ou treze anos e o mais novo, não mais de seis ou sete anos. Os coitadinhos estavam todos agachados em um imenso armazém, meninos de um lado, meninas de outro, para melhor inspeção dos compradores; tudo o que vestiam era um avental xadrez azul e branco amarrado na cintura; [...] o cheiro e o calor da sala eram repugnantes.²⁴

Não obstante, para alguns escravos, o fim do “longo e sinuoso caminho” do Valongo levava à morte. Caprichosa e costumeira, sua presença se fazia constante entre os malungos desde a captura em África, no traslado pelo interior do continente em “manilhas e libambos” e nos tumbeiros onde ela, caprichosa, desfazia e recriava novos círculos de afetividade.²⁵ Segundo Conrad, muitos já partiam para o Brasil tendo contraído a malária, disenteria, hepatite, anemia, oftalmia e escorbuto.²⁶ Tudo isto fazia com que muitos já chegassem mortos, ou semimortos, como descrevemos acima. Para os que morriam ao entrar na Baía de Guanabara, ou para os que morriam no Valongo, o cemitério dos Pretos Novos era o destino certo.

O Cemitério dos Pretos Novos funcionava como se acoplado às necessidades da sociedade escravista, continuamente alimentado pelo tráfico negreiro que despejava no porto um número, a partir de 1769, cada vez maior de cativos. Mas, ao lado dele, uma estrutura dava suporte ao tipo de comércio ali praticado, relacionado a um antigo

²³ KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 73.

²⁴ *Ibidem*.

²⁵ Com efeito, a morte dentro dos navios negreiros devem ter desagregado várias famílias que, a partir daí, deveriam ter encontrado no *malungu* ao lado, um companheiro de aflição, um novo *parente*.

²⁶ CONRAD, Robert E. *Op. Cit.*, p. 25.

problema que atormentava os negociantes de escravos: a necessidade de um lazareto era condição *sine qua non* ao funcionamento do Valongo enquanto espaço privilegiado para o comércio de escravos.

No início do século XIX, o provedor-mor da Saúde, bem mais influenciado também pelos traficantes de escravos que preocupado com as epidemias que grassavam na região, pediu explicações aos agenciadores africanos e portugueses para saber se os escravos embarcados para o Brasil já traziam a varíola.²⁷ No citado documento o provedor-mor pede aos agenciadores que tenham cuidado com a “carga humana” por estes enviada, para que a doença não invadisse com tanta frequência os portos brasileiros. Ao mesmo tempo, os importadores reclamavam que, se os escravos já vinham doentes, era injusto ter de pagar por eles, já que morriam logo após, além de infectar outros escravos, pondo a perder toda a carga trasladada.

Manoel Vieira da Silva, o provedor-mor da Saúde, no referido documento encontrado no Arquivo Nacional do Rio de Janeiro, reconhece que a causa da elevada mortalidade escrava era a péssima condição higiênica dos navios negreiros e ressalta que muitos escravos morriam de sarampo e relembra as epidemias que se abateram sobre o Rio de Janeiro, em 1804 e 1805.²⁸ O signatário reforça a ideia de que os doentes deviam ser levados para o lazareto, ato que os traficantes relutavam em cumprir.

A questão da varíola é de fato muito importante. Para um período posterior, o trabalho de Sidney Chalhoub tratou das questões epidemiológicas no Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX,²⁹ principalmente a questão da resistência escrava à vacinação, baseada em preceitos culturais e religiosos. Com efeito, o tráfico de escravos sempre esteve na ordem do dia nas discussões do Senado, no sentido de se saber se o mesmo era ou não o veículo pelo qual a varíola adentrava o Brasil. Os senadores contrários a esta ideia defendiam que o surgimento de epidemias na Corte não estava ligada ao fluxo de escravos que entravam compulsoriamente ano após ano no Brasil. Em oposição a este pensamento havia senadores que defendiam o fim do tráfico, pois o julgavam como o principal modo pelo qual a doença adentrava a Corte.³⁰

²⁷ ANRJ, I.S-4. 2, 1810.

²⁸ Ibidem.

²⁹ CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial.** São Paulo: Companhia das Letras, 1996, passim.

³⁰ RODRIGUES, Jaime. Op. Cit., p. 47.

A suposição da supressão do tráfico negreiro, ainda no primeiro quartel do XIX, estava diretamente ligada às questões de profilaxia por qual passava o país. Desta feita, a extinção do tráfico era vista como um passo importante para a erradicação da doença.³¹

O livro de óbitos do Cemitério dos Pretos Novos acrescenta luz sobre essas questões. Em 25 de agosto de 1826, o traficante Miguel F. Gomes Filho mandou sepultar de uma vez só 10 escravos! Os mesmos foram lançados em um mesmo momento, ou seja, em um só dia e juntos. Eles vieram de Benguela, no bergantim Luis de Camões, e sobre eles não foi observada marca alguma feita pelos traficantes. Mas a doença não passou despercebida aos olhos do escrivão, que assim assinalou: “muita Bexiga”.³² Entretanto, apesar de ter sepultado todos esses cadáveres no mesmo dia, parece que a morte abateu-se sobre a embarcação ao longo do tempo. O seu caso é providencial no tocante ao entendimento da dinâmica da morte no Valongo.

O bergantim Luis de Camões, pelo que demonstra a documentação em análise, fazia o percurso Rio de Janeiro – Benguela – Moçambique, o capitão era José Joaquim de Souza e Miguel Ferreira Gomes era o traficante responsável pelo negócio.³³ Ele chegou ao Rio de Janeiro em 21 de novembro de 1825. Na sua documentação trazia grifado o fato de ter comprado em Benguela 559 escravos. Destes, 16 morreram na travessia do Atlântico.³⁴ Ao atracar no Valongo, desembarcaram 543 escravos. Percebe-se que a diferença entre a chegada do navio (21 de novembro de 1825) e o sepultamento destes 10 escravos (25 de agosto de 1826) é de quase 10 meses. Assim, pode-se inferir que as mortes não se davam exatamente no momento da chegada.

Os cativos morriam ao longo do tempo, após a contínua exposição no Valongo ou nos “Armazéns do Lazareto”, como a fonte costuma chamar. O elevado índice de mortes verificado no Atlântico, cerca de 2,80% da carga, demonstra que o navio já estava infectado com a varíola quando partiu do porto de Benguela. Ao chegarem ao Rio de Janeiro, os escravos doentes devem ter sido separados e enviados ao Lazareto na esperança de curarem as suas enfermidades. Outros neste interregno devem ter

³¹ Pereira Rego, o mais importante higienista e historiador da saúde pública no Brasil do século XIX, associou sistematicamente a ocorrência de varíola na cidade às condições do tráfico negreiro. Cf. REGO, José Pereira. **Esboço histórico da epidemia que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1830 a 1870**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1872. p. 22.

³² ACMJR, livro de óbitos da freguesia de Santa Rita, 1824 a 1830.

³³ Ibidem.

³⁴ ELTIS, et al. **The transatlantic slave trade, 1562-1867**: A database CD-Rom. Cambridge, 1998.

manifestado a doença e enviados para lá. No entanto, por não resistirem às chagas, foram inumados no Cemitério dos Pretos Novos quase um ano após terem chegado, por conta do navio que os trouxeram para o Brasil.

Tanto é assim que, em 1827, o famigerado bergantim Luis de Camões estava de novo em Benguela traficando escravos. Lá comprou 616 cativos dos quais 20 morreram no Atlântico; o bergantim chegou ao Valongo em 8 de dezembro do mesmo ano com 596 cativos, destes, pelo menos 5 foram sepultados no Cemitério dos Pretos Novos ao longo de 1827 e 28.

Dado o elevado número de escravos infectados de varíola em uma mesma embarcação, pode-se comprovar que a doença se alastrava no interior do navio e colaborava para o aumento da mortalidade escrava (isso sem contar que muitos cativos poderiam ter sido vendidos já infectados, no período de incubação da doença, no qual não havia sintomas aparentes). Ali nos barracões do Valongo, a doença se alastrava entre os cativos que aguardavam a dolorosa espera pela venda que poderia durar dias e meses.

Portanto, a construção de uma enfermaria poderia ser importante para se impedir o aumento da mortalidade escrava. Em 1811, Manoel Vieira da Silva, ocupante do cargo de provedor da Saúde, já reclamava veementemente contra o fato de os traficantes recalcitarem contra o pagamento de um tipo de “internação” de escravos doentes no Lazareto. Tal valor era destinado, segundo o provedor, à compra de remédios, curativos e utensílios. O provedor nos dá as pistas para as circunstâncias e o motivo pelo qual o novo Lazareto fora criado:

Tendo com evidente fundamento/estabelecido pelo alvará de regimento de 22 de Janeiro de 1816 que os Pretos novos antes de se exporem à venda publica fossem desembarcados em hum lugar devido qual a ilha do Bom Jesus, fazendo-os ali sustentar de alimentos frescos, lavar, vestir de roupas novas e o observar por certo espaço sobre as moléstias de que costumão vir infectados: assim se executou (*sic*).³⁵

Este antigo Lazareto era situado em uma ilha na Baía da Guanabara, em frente ao litoral de Inhaúma. Lá os enfermos deveriam ser tratados antes de serem expostos no Valongo. No entanto, muitos traficantes reclamavam do incômodo de transportá-los até

³⁵ ANRJ, I.S-4. 1, DOC 1811- *Provedoria da Saúde*.

à ilha e, depois de curados, de reconduzi-los para o Valongo ou, se mortos, para o cemitério, ainda mais em se tratando de lugar de difícil acesso. Por essa razão, o documento propunha aos três maiores traficantes de escravos, João Gomes Valle, José Luis Alves e João Alves de Souza Guimarães a construção de uma enfermaria.³⁶ Os escravos cuidados ali teriam a sua estadia paga pelos seus traficantes ou seus consignatários num valor de 400 réis que, por sua vez, se recusavam a pagar, pois achavam a quantia exorbitante, o que motivou o missivista a redigir tal ofício.³⁷

Muitos dos escravos sepultados no Cemitério dos Pretos Novos vinham dos armazéns do Lazareto: 2 em 1825; 11 em 1827; 8 em 1828.³⁸ Entretanto, nem todos vinham do Lazareto de João Gomes do Valle, como pretendia o provedor da Saúde. Isto pode ser um indicativo de que cada dono de armazém dedicado à venda de escravos continuava a cuidar dos seus doentes; e que outros Lazaretos existiam paralelamente aos dos grandes traficantes no qual se pagavam 400 réis sobre cada doente. Ademais, muitos comerciantes viviam de curar e revender escravos doentes chamados de “refugos”.³⁹ Nenhum destes 21 escravos citados era ladino, visto que os escravos ladinos eram cuidados por seus senhores e, se livres, na Santa Casa. Porém, não se deve esquecer de que muitos escravos do Brasil oitocentista buscavam outras soluções para as doenças que não os meios ortodoxos medicinais.

Retornando à construção do Lazareto, no tocante às questões econômicas, não se pode desprezar o fato de que, a um homem de “grosso trato” como João Gomes Valle, metido no tráfico de escravos e no comércio de importação e exportação na praça comercial do Rio de Janeiro, ainda coubesse legalmente a construção e manutenção de um Lazareto para os próprios escravos que importava e dos escravos de outros comerciantes de menor monta. Com efeito, a lógica escravista no Rio de Janeiro oitocentista seguia a norma da diversificação das empreitadas econômicas, como já demonstraram alguns historiadores. Um traficante de escravos gozava de uma alta

³⁶ João Gomes Valle foi um dos maiores traficantes de escravos do Brasil e o mesmo, juntamente com os outros dois citados, aparece recorrentemente em nossa fonte.

³⁷ “Acuzão estes revoltosos de excessiva a prestação de 400 rs por cada escravo para os proprietários do lazareto, fundando este excesso em reflexões de huma notória futilidade. O seu maior argumento he que neste Porto entrão annualmente vinte mil escravos, que a 400 rs, produzem para os ditos proprietários o interesse annual de vinte mil cruzados: e por consequencia na hipotese mesmo de gastarem na obra cem mil cruzados, tinhão hum lucro de sumamente expressivo, e correspondente a hum fundo trez vezes maior” (sic): ANRJ, I.S-4. 1, DOC 1811- Provedoria da saúde.

³⁸ ACMRJ - Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita, 1824-1830.

³⁹ CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Op. Cit., p. 41.

influência no meio governamental a ponto de o próprio provedor-mor da Saúde sair em defesa de seus negócios.

Seja como for, os escravos recém-chegados, ao longo da década de 1820, morreram de várias enfermidades, as que se propagavam indiscriminadamente dentro do navio negreiro, pois o transporte horrendo representado pelo mesmo, vulgarmente chamado de tumba, propiciava maior contágio entre a população cativa. Por outro lado, sabe-se que muitas doenças foram adquiridas ainda em solo africano.⁴⁰

Como visto, o Valongo, além de porta de entrada para o elemento escravo, é tido também como o caminho pelo qual as doenças, uma preocupação do século XIX, se disseminavam no país. Contudo, o Brasil se via refém deste tráfico que despejava em proporções cada vez mais avassaladoras milhares de escravos que vinham aplacar a demanda por mãos e pés para a lavoura cafeeira. No mesmo ritmo, as doenças se disseminavam por toda a Corte, trazendo morte em todas as direções. Sem poder dar conta de tal número de doentes, a Santa Casa se viu de mãos atadas frente ao combate às chagas trazidas a cada novo desembarque, enquanto os pretos novos morriam aos milhares.

Não causaria surpresa acaso se descobrisse que esta dificuldade de o poder público vigente lidar com as questões pertinentes à saúde, sobretudo quando estas estão imbricadas com as questões econômicas, remontam a um período historicamente localizado em nosso passado escravista, no qual as classes subalternas, ou menos favorecidas, estiveram sempre à margem das soluções e das propostas curativas.⁴¹ Por outro lado, os casos analisados no Cemitério dos Pretos Novos, junto aos casos da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, desvelam, ainda que em segundo plano, o descaso e o maltrato que os escravos, pretos novos ou não, recebiam por parte de seus senhores.

Dentro deste debate, o tráfico negreiro, às vezes com mais intensidade, outras menos, era visto como o grande vilão. Pois era ele e suas embarcações que ligavam

⁴⁰ KLEIN, Herbert S. **O tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: Funpec, 2004. p. 127.

⁴¹ Durante a pesquisa realizada no Arquivo Nacional, mais precisamente na documentação *IS 4. Saúde*, pôde-se perceber as idas e vindas do poder público no trato com os temas relacionados com a saúde, e a dificuldade de se levar a cabo medidas profícuas sobre a higiene. Ao mesmo tempo, a documentação da Santa Casa pôde demonstrar uma luta constante na manutenção e preservação de um espaço que possuía por fim último o cuidado com os enfermos. Estes dados fazem supor que o problema da saúde não seja novo, mas sim antigüíssimo.

através do Atlântico as duas regiões. Não demorou muito e a atenção voltou-se para a África, na tentativa de se explicar as doenças no Brasil.

O historiador Jaime Rodrigues identifica, entre os autores do início do XIX, uma referência, ainda que indireta, à África como a disseminadora de várias doenças, pois, como ele mesmo assevera, “ora, se a África é berço da lepra, a dedução lógica é que ela tivesse sido introduzida no Brasil pelo tráfico”. Tal afirmação direta e sem rodeios seria feita, antes, por Nina Rodrigues em seu trabalho de 1891, mas até então as referências eram tímidas e indiretas.⁴² Não havia um consenso quanto à origem das doenças, mas, empiricamente, os médicos notaram que os africanos eram menos suscetíveis à malária, à febre amarela e à opilação, ou seja, de algum modo, ainda desconhecido pela comunidade médica, eles possuíam certa resistência a tais doenças, mas, por outro lado, eram mais suscetíveis à lepra e à boubá, enquanto a tuberculose, a varíola e a sífilis eram doenças que se manifestavam indiscriminadamente. Todavia, de uma forma ou de outra, o que os médicos do século XIX acabavam por concluir era que, qualquer que fosse o mal que os negros tivessem, sempre era motivado por uma questão de higiene e cuidados pessoais, responsabilizando-os pelo estado miserável em que viviam.

Segundo Jaime Rodrigues,⁴³ na primeira metade do XX, o doutor Freitas elencou os males que os africanos teriam e nos legaram, sendo eles: o maculo, bicho da costa, gundu, ainhum, bicho-do-pé, disenteria, alastrim e varíola. Ao seu lado, outros médicos, como Licurgo Santos Filho, também defenderam a introdução de certas doenças no Brasil pelos africanos. Logo, a conexão tráfico/doença se tornou inevitável, ainda que não houvesse dados que confirmavam tal ligação.

De fato, muitas doenças que vitimavam os escravos eram adquiridas em solo africano. É provável que a longa viagem, que nesse caso partia da costa oriental e durava em média 60 dias, ajudasse a aumentar o número de mortes. Esta longa e árdua jornada, desde os sertões africanos, contribuía para que os escravos contraíssem várias doenças tais como disenteria, hepatite, escorbuto, anemia e oftalmia.⁴⁴ Segue-se, então, com o relato de um médico que inspecionara um navio negreiro apreendido na década de trinta do oitocentos:

⁴² RODRIGUES, Jaime. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005. p. 258.

⁴³ Ibidem.

⁴⁴ CONRAD, Robert E. Op. Cit., p. 25.

Os vivos, os moribundos, e os mortos amontoados em uma única massa. Alguns desafortunados no mais lamentável estado de varíola, sofrivelmente doentes, com oftalmia, alguns completamente cegos, outros, esqueletos vivos, arrastando-se com dificuldade para cima, incapazes de suportarem o peso de seus corpos miseráveis.⁴⁵

O médico descreve vários escravos, uns sobre os outros, em um estado lastimável, depois passa a descrever mais atentamente essa “massa” humana, sobre a qual observa que há “mães com crianças pequenas penduradas em seus peitos, incapazes de darem a elas uma gota de alimento”.⁴⁶ A partir de então, a atenção do médico se desvia para a forma pela qual os escravos foram transportados:

[...] todos estavam completamente nus. Seus membros tinham escoriações por terem estado deitados sobre o assoalho durante tanto tempo. No compartimento inferior o mau cheiro era insuportável. Parecia inacreditável que seres humanos pudessem suportar tal atmosfera, e viver. Alguns estavam sob o assoalho, chamado convés, morrendo – um já morto.⁴⁷

Como se pode notar, não havia dentro navio negreiro separação entre os sãos e os doentes, nem mesmo entre os vivos e os mortos. Tal falta de cuidado fazia com que mais e mais africanos fossem contaminados e morressem antes mesmo do desembarque. Com efeito, essa travessia deve ter impregnado a memória dos escravos que, atordoados e doentes, sentindo ainda a dor da separação de seus entes queridos, viam morrer perto de seus olhos e longe das suas possibilidades de ação, os seus companheiros, os malungos de uma mesma sina, a sina de se estar “morto em vida,” como ressalta Alberto da Costa e Silva.⁴⁸

O relato do médico narrado por Conrad pode ter sofrido certo exagero, já que o seu trabalho configurou como uma peça antiescravista, vista por muitos historiadores como uma visão romântica da escravidão, um libelo contra o tráfico de escravos, mas não se pode inferir daí que o seu relato tenha sido de todo fantasioso.

Pesquisadores modernos, como Kenneth Kiple, que unem o rigor do fazer historiográfico sério a ferramentas metodológicas novas, como o papel da nutrição no

⁴⁵ Ibidem.

⁴⁶ Ibidem, p. 54-55.

⁴⁷ Ibidem.

⁴⁸ SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002. p. 18;158.

cotidiano escravo, têm chegado a conclusões muito parecidas, se não mais denunciadoras que os escritos antiescravistas do século XIX. Segundo Kiple, fatores como a interação biológica ceifou milhares de africanos ao chegarem às Américas.⁴⁹ Na verdade, doenças como a varíola, há muito desaparecida em sua letalidade na Europa, ressurgiram violentamente em África, ceifando milhares e milhares de africanos de norte a sul do continente, os quais não possuíam nenhuma barreira biológica a ela. Logo, milhares de escravos africanos já vinham infectados para o Brasil. Além disto, Kenneth Kiple destaca o papel da nutrição como um fator preponderante para o acréscimo dos níveis das taxas de mortalidade verificadas durante a diáspora africana em direção às Américas.

Ao debruçar-se sobre as ilha do Caribe, seu recorte espacial, ele analisa como a alimentação se tornou uma preocupação no cuidado escravo no intuito de se impedir a morte. Segundo ele, a região tem uma história desconexa, econômica e politicamente, e sua história tem sido escrita do ponto de vista europeu, sobreposta culturalmente à experiência africana. Os primeiros habitantes são lembrados em um passado distante, muito mais pela cultura que pelos seus ancestrais. A razão, segundo o autor, para o desaparecimento desses primeiros habitantes está nos micro-organismos que viajaram nos navios negreiros a caminho das ilhas. No sangue de europeus e africanos.⁵⁰

A migração alterou a vida e os comportamentos diários. Os sobreviventes adquiriram imunidades a tais doenças, transmitindo essas características a seus descendentes. Kiple acredita que o peso da nutrição foi maior que a suscetibilidade a doenças e que o meio ambiente foi fundamental para a conformação genética daqueles que povoaram o Caribe.

O autor investiga os motivos que possibilitaram a aparentemente adaptação dos africanos ao trabalho compulsório no Novo Mundo, quando mesmo os povos pré-colombianos, sob condições de trabalho e vida tão adversas, não resistiram sucumbindo aos milhares diante do contato com o europeu. Tal fato foi registrado pelos espanhóis ao iniciarem a introdução do elemento africano na América, como o Rei Ferdinando notou

⁴⁹ KIPLE, Kenneth F. **The caribbean slave, a biological history**. Londres: Cambridge University Press, 2002, *passim*.

⁵⁰ Ele começa com uma consideração do ambiente para depois passar a analisar de forma rápida a mutação da doença após a chegada dos espanhóis. O autor não despreza a importância das doenças adquiridas ainda em África; e analisa, em solo africano, a relação entre a dieta nutricional e as doenças ali verificadas.

o fato de um “africano valer por quatro índios americanos”, no início da segunda metade do século VI.⁵¹

A explicação mais comum para essa “durabilidade” dos africanos era dada através do fato de apenas os africanos mais fortes e saudáveis terem sido capturados em África, depois, novamente como na seleção natural, a mão da violência e das péssimas condições de acondicionamento fez com que apenas os mais saudáveis conseguissem atravessar o Atlântico a bordo dos navios negreiros. Mas Kiple acredita que esta não seja a única explicação possível.

Doenças antigas e novas aliadas a um ambiente hostil aos corpos sem a proteção necessária aumentaram o sofrimento dos africanos recém-chegados. Os escravos carregavam dentro de si a diarreia e a disenteria como sinais da contaminação por helmintos, sendo o doente, ainda, um possível hospedeiro da malária e/ou com uma nutrição deficiente. Externamente, algumas doenças davam sinais que alertavam os compradores mais atentos aos sinais externos visíveis na pele como edemas, comer terra, hemorragia e o tétano.⁵²

A morte era onipresente no ar e multiplicava-se no nascimento dos insetos desenvolvendo a malária humana, febre amarela e a doença do sono. Na parte oeste da África, houve uma experiência maior em relação a varíola, difteria, coqueluche, sarampo, caxumba e influenza, fatos que proporcionaram aos africanos maior tolerância a certas doenças. Por isto, segundo Kiple, os africanos podiam resistir melhor às febres, tornando-os menos sujeitos à morte por essas doenças.

Uma vez dentro do navio negreiro, as doenças (doença do sono, infestação por vermes e disenteria) eram disfarçadas para que não se perdesse o dinheiro investido. Por isso, os jovens eram mais procurados pelos traficantes. Compradores mais experientes possuíam um olhar treinado para a identificação da icterícia e das febres. Dentes, gengivas e línguas eram examinados.⁵³ Diziam que os sinais de saúde eram: dentes brancos, língua vermelha, joelhos fortes e barriga pequena, mas alguns compradores seguiam apenas este último sinal.

Identificar as escravas doentes era outro problema para os compradores, pois elas poderiam possuir algumas enfermidades não visíveis que poderiam comprometer, além do trabalho braçal, a sua capacidade reprodutiva. Casos como o das africanas *Ibos*,

⁵¹ KIPLE, Kenneth F. Op. Cit., p. 12.

⁵² Ibidem, p. 13.

⁵³ Ibidem, p. 58.

as quais eram reportadas como mais saudáveis e que não menstruavam, pode ser visto hoje como um problema sério de desnutrição. Por isso, os indícios de doenças ocultas eram procurados a fim de se evitar que, após a manifestação das enfermidades, a mortalidade durante o percurso fosse ainda maior.

Kiple afirma que a taxa de mortalidade alcançava de 5 a 15% e que, em muitos casos, a desnutrição muito corroborou para este montante. Ele ressalta que em África, nas regiões de Biafra e África Central, a principal alimentação dos nativos era centrada no inhame e na mandioca, enquanto na Costa do Ouro o alimento principal era o milho, assim os residentes nesta região eram, em média, uma polegada mais altos que os escravos do Caribe; contudo, poucos escravos que possuíam esta dieta alimentar foram introduzidos no Caribe, apesar de os traficantes os preferirem por acreditarem no fato de eles terem uma maior durabilidade, enquanto os escravos oriundos da África Central, portanto, consumidores de mandioca, e que foram traficados em maior quantidade para o Caribe, eram tidos por mais sujeitos à morte.⁵⁴

Se Kiple estiver correto ao afirmar que os africanos da Costa de Ouro possuíam melhores condições físicas que os escravos da África Central, pelo fato daqueles possuírem uma dieta nutricional mais rica, baseada, sobretudo no consumo do milho, enquanto esses faziam da mandioca o seu alimento principal; e, se isto puder estar relacionado à estatura física do escravo, à sua conformação biológica e, por conseguinte, à sua vida útil, a ponto de deduzirmos que os africanos introduzidos no Caribe eram mais vulneráveis fisicamente, também poderíamos sugerir o fato de ter acontecido um caso semelhante no Valongo, pois tal região recebeu, na primeira metade do século XIX, escravos majoritariamente da África Central, comprovando os relatos de viajantes e os documentos oficiais abordados no início deste artigo, que davam conta do estado lastimável em que os cativos eram postos à venda.

Ainda sobre a importância da alimentação verificada em África, Kiple ressalta que as condições de vida em que viviam os escravos em África eram levadas em conta pelos traficantes e compradores de escravos. O milho, segundo autor, é superior em nutrientes em relação à mandioca, além disso, a cultura desenvolvida na Costa Ouro, em torno do cultivo do milho, possibilitou maior consumo de proteína animal obtida da suinocultura que praticavam. Portanto, as condições de nutrição dos escravos, ainda em

⁵⁴ Ibidem.

África, eram extremamente importantes para sua sobrevivência durante a travessia da Kalunga.

O autor também relembra o fato de que os escravos recém-chegados morriam em maior quantidade no período de aclimatação “seasoning”. Em Cuba, a taxa de mortalidade era de 7 a 12%; na Jamaica, o período de aclimatação poderia ser de dois a três anos e a mortalidade alcançar de 25 a 33%; enquanto no Brasil, segundo Kiple, a taxa de mortalidade alcançava os patamares de 50% nos primeiros quatro anos, índice muito próximo do presenciado no Caribe.⁵⁵

Seja como for, em qualquer que seja o período e lugar, a mortalidade escrava era mais pronunciada nos primeiros anos dos escravos recém-chegados e nos primeiros, dias e semanas em que os escravos aportavam na América e a razão para isto, segundo Kiple, era a desnutrição provocada pela disenteria amébrica, cujo período de incubação leva de 20 a 30 dias.⁵⁶

A preocupação com as doenças contraídas pelos escravos reforçou a necessidade de esse assunto ser abordado e tratado com mais afinco. Entretanto, no Brasil, durante o século XIX, poucos médicos trataram esta questão de perto. Podem-se citar poucos exemplos como o do médico Reinhold Teuscher, o qual em tese apresentada à Academia de Medicina do Rio de Janeiro, em 1833, discorria sobre “algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café”, e David G. Jardim, o qual, em 1847, defendeu na sua tese “a higiene dos escravos”, em que a mortalidade escrava era resultado da falta de asseio, habitações insalubres, vestuário precário, noites mal dormidas e má alimentação.⁵⁷ Nos Estados Unidos, outros médicos também creditavam à dieta um fator que corroborava para adoecimento do escravo.⁵⁸

Muitos escravos foram capturados ou comprados em áreas de conflito, ou seja, condições de vida muito precárias e fome generalizada; além disso, a marcha forçada do interior à costa e a espera nos barrocões pela chegada dos compradores, no litoral africano, consumia altas taxas de calorias dos escravos, debilitando ainda mais os seus corpos que ainda passariam pelo penoso traslado Atlântico.

⁵⁵ Ibidem, p. 65.

⁵⁶ Hoje em dia, sabe-se que uma dieta rica em vitamina “B”, proteínas, e baixo carboidrato pode ser um bom tratamento a amebíase, mas a dieta dos escravos recém-chegados era o oposto: pobre em proteínas e complexo “B” e altas taxas de carboidrato, cf. KIPPLE, Keneth. Op. Cit., p.65.

⁵⁷ JARDIM, David Gomes. **A higiene dos escravos**. Tese (Medicina) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1847, p. 12.

⁵⁸ KIPPLE, Kenneth. Op. Cit., p.66.

O fato de serem constantemente expostos ao sol facilitava a produção da vitamina “D”, mas, por outro lado, quando estavam dentro dos porões do navio negreiro, sem acesso à luz do sol, os corpos dos escravos eram impedidos de absorver o cálcio, retirando essa deficiência de seus ossos. Para os escravos que foram para o entreposto comercial do Caribe tal fato pode não ter sido determinante para o adoecimento, já que a viagem durava em torno de 9 dias, mas quando a travessia era mais longa, com certeza, os danos causados a estrutura óssea era maior e esse era o caso dos escravos que aportavam no Valongo.

A bordo dos navios negreiros, a alimentação consistia, basicamente, de arroz e mandioca, cozidos em um tipo de sopa feito de caldo de peixe, camarão ou carne. Às vezes, essa mistura era produzida com favas. Alguns documentos de bordo listavam em seus mantimentos óleo de palmeira, pimentão vermelho e farinha servida para engrossar o caldo ofertado aos escravos, mas esta definitivamente não foi a regra. Ainda que se tenha alguns relatos de uma dieta variada a bordo dos navios negreiros, composta até de frutas cítricas, a maioria dos navios não oferecia mais que o tradicional arroz e mandioca cozidos.

Dentro dos navios negreiros a falta de vitamina “C” foi prejudicial ao corpo do escravo, que começava a descamar depois de cerca de quatro a seis meses sem vitamina “C”; além disso, sua carência impedia que o corpo lutasse contra outras doenças.

A desnutrição é um componente vigoroso do agravamento de doenças em decorrência da ação de vermes. Os sintomas, neste caso, seriam: dor abdominal, inchaço e diarreia. A desidratação vinha em decorrência da diarreia provocada pelos vermes, que através das fezes contaminava todo o ambiente, dando continuidade ao ciclo de infecção a bordo do navio negreiro. No caso da amebíase, o período de incubação durava sete dias ou menos, e ela era a maior causa de mortes entre a carga humana. Somando-se a essas doenças a varíola e as febres, a mortandade estava completa.

Doença que pode ter tido causas somáticas era a *melancolia* ou banzo. Sem razões aparentes que não o estado de escravidão, o cativo se recusa a se alimentar, se recolhia em marasmo e definhava até a morte. A explicação para tal doença, segundo Kiple, refere-se à inter-relação psíquica, função vital da doença.⁵⁹

Quanto aos vermes que infestavam os escravos, o *Trichurius* era simplesmente um dos mais mortais e dissimulados, seus sintomas se confundiam com outras doenças,

⁵⁹ KIPPLE, Kenneth. Op. Cit., p.66.

dificultando o tratamento. Diarreia, indisposição e anemia eram sintomas da ação desse verme e quase sempre levavam o doente a óbito. Ao lado do *Ascaris*, a qual possuía por sintomas uma forte dor abdominal, obstrução intestinal e constipação.

Os escravos subnutridos, esqueléticos, teriam tido severas deficiências de quase todos os nutrientes; já perto de completarem a viagem, os escravos estavam extremamente mal alimentados, tanto que a British South Sea Company usava a Jamaica como um local para *revigorar* os escravos com o destino aos portos coloniais espanhóis na América; enquanto a França usava a Martinica como um local de recuperação para os escravos trazidos de África, antes de desembocá-los em suas áreas coloniais, quando então recebiam uma alimentação um pouco melhor composta de carne fresca e legumes. No caso do Brasil, o Valongo era a região em que muitos escravos eram deixados para se restabelecer, pois, como já visto, os traficantes se recusavam a mandar os seus doentes para a ilha de Bom Jesus, o Lazareto criado para este fim. Preferiam usar suas próprias construções para curar seus doentes. Portanto, na região do Valongo são e doentes caminham juntos e os mortos são vizinhos dos vivos.

É provável que a mortalidade tenha sido, de fato, maior entre os africanos da Costa Oriental da África e, neste caso, não apenas a nutrição sirva como explicação para este fato, a posição geográfica pode ajudar a compreendermos o estado em que chegavam os africanos arrancados do outro lado do continente africano. A distância percorrida corroborava para com o aumento das taxas de mortalidade. Joaquim Antônio Ferreira, um próspero comerciante da praça mercantil do Rio de Janeiro, em um só dia, 28 de dezembro de 1828, mandou sepultar 5 escravos novos, todos eles moçambicanos vindos a bordo da Galera Amália. Nesta mesma Galera faleceram outros seis escravos, todos do sexo masculino. Outrossim, todos o 11 foram sepultados em um só dia.⁶⁰ A Galera Amália, novamente consignada a Joaquim Antônio Ferreira, fez nova viagem com destino a Moçambique, entre o outono e a primavera. De lá regressou no verão de 1829 e novamente uma alta mortandade foi verificada em sua carga humana.

Verificou-se que de 10 de novembro a 26 do mesmo mês, a Galera Amália sepultou, a mando do Sr. Joaquim Antônio Ferreira, o número de 68 pretos novos.⁶¹ Em apenas 16 dias, o contingente trazido foi sendo recolhido aos braços da morte em uma

⁶⁰ ACMRJ. Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita, 1824-30.

⁶¹ Deve-se ressaltar que a documentação esclarece que os escravos chegaram vivos ao porto da Alfândega, posto que todos “faleceram após a contagem”. O que sugere que estavam doentes ao adentrarem a Baía de Guanabara, e morreram em menos de 20 dias (cf. ACMRJ. Livro de Óbitos de escravos da Freguesia de Santa Rita, 1824-30).

média de 4,25 escravos por dia. Com efeito, esta mortalidade presenciada entre os pretos novos da Costa Oriental pode ser atribuída também a um percurso maior e a uma viagem mais rústica. Assim, “infere-se a permanência temporal da tendência ao aumento da mortandade de acordo com o crescimento da distância entre o porto carioca e a região africana de embarque”.⁶²

Os pretos novos que sobreviviam eram acondicionados no mercado de escravos, no Valongo, cujas construções assim se constituíam: na parte superior do armazém moravam o senhor e a sua família. Aberto o mercado, os escravos mais velhos ficavam sentados em bancos compridos encostados na parede, os mais novos, independentemente do sexo, junto com as crianças ficavam sentados ao centro, aguardando os seus novos “donos”.

Abertos nas laterais com o propósito, segundo os mercadores, de “arejar o local”, os armazéns abrigavam em seu interior os corpos moribundos dos escravos que pernoitavam em esteiras que, aliás, devem ter sido usadas recorrentemente por parte dos traficantes de escravos, pois são vistas nas imagens de Johann Moritz Rugendas em pelo menos duas litografias, “Negros Novos” e “Negros no Porão do Navio”.⁶³ Quanto ao Valongo, a iconografia nos deixou uma litografia de Debret,⁶⁴ em que retrata o Valongo. Ela descreve sobre negros vendidos no interior de uma casa comercial. As vestes precárias e a esteira como único lugar para se acomodar são recorrentes e reforçam o que foi dito por vários viajantes do século XIX.

Tendo em vista os aspectos observados, somos levados a acreditar que a composição da região do Valongo residia na existência de um mercado de escravos minimamente organizado pelo Estado. Ali, ao longo das ruas, em casebres insalubres, a mercadoria humana era oferecida aos habitantes da Corte ao lado de gêneros alimentícios e as últimas mercadorias chegadas da Europa. Ao lado do mercado havia um espaço destinado à cura dos doentes custeado pelos próprios traficantes. Por último, mas não menos importante, a existência de um cemitério exclusivamente feito para pretos novos foi providencial para o descarte dos corpos dos escravos que teimavam em

⁶² FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVII e XIX.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 152.

⁶³ RUGENDAS, Johann Moritz, **Viagem pitoresca através do Brasil.** Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.

⁶⁴ DEBRET, Jean Baptiste. 1768-1848. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil.** Trad. Sérgio Milet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. Prancha 23, v. 2.

fugir para sempre da escravidão. Assim, a região do Valongo constituía-se no maior entreposto comercial do Brasil.

Contudo, a região do Caribe possuía as mesmas características do Valongo funcionando como entreposto comercial e quarentena para os escravos que eram levados para os Estados Unidos da América. A diferença é que no caso do Brasil tal entreposto estava encravado em uma parte vital da cidade, lembrando a elite, constantemente, que a escravidão era parte integrante deste sistema de coisas onde se dependia com a mesma intensidade com que se desejava ocultar, gerando permanentes sentimentos de repulsa e dependência.

A repulsa, muito menos por razões humanitárias que por constrangimento de possuir tal complexo escravista em plena Corte, concebeu, por várias vezes, a proposta de fechamento do local; entretantes a dependência econômica lembrava-lhes constantemente o fato de estarem algemados ao poderio econômico escravista como única alternativa escolhida no momento.

Em 7 de novembro de 1830, na letra da lei, o Valongo é declarado ilegal, mas, na prática, é difícil de se precisar em que momento o Valongo deixou de funcionar como um mercado de escravos, lazareto e cemitério.⁶⁵ Aos poucos, verificou-se que a produção cafeeira crescia, fazendo com que as sacas de café, paulatinamente, tomassem o lugar dos escravos nos barracões. Mais tarde, tais barracões de escravos deram lugar aos trapiches de café que se espalharam pela praia do Valongo e Valonguinho, os quais seriam transformados em cais.⁶⁶ Neste momento, os escravos, enquanto mercadoria de entrada ilegal, passam a ser negociados às escondidas em outros locais da cidade, não que isto aliviasse os sentimentos descritos anteriormente, mas ao menos disfarçava com cinismo próprio os males da escravidão.

⁶⁵ KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. p. 74.

⁶⁶ O café, em 1830, força a modernização do local, os traficantes são desalojados, os armazéns são destinados ao café. Em 1831 foi extinto o depósito de escravos na Rua do Valongo. Em 1834, a forca da Prainha (Praça Mauá) é retirada. Em 1837, um pequeno estaleiro foi colocado no lugar, conforme o autor, esta “evolução” da região era um grande projeto político-econômico, Cf. CARDOSO, E. **História dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Zona Portuária**. Rio de Janeiro: Índex, 1987. p. 50-56.

Fontes:

Arquivo Nacional do Rio de Janeiro (ANRJ)

I.S-4. 1, DOC 1811– Provedoria da Saúde

I.S-4. 2, 1810

Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro (ACMJR)

Livro de óbitos da freguesia de Santa Rita, 1824 a 1830

Referências bibliográficas:

AMARAL, Brás. **Os grandes mercados de escravos africanos**. In: Factos da Vida do Brasil.

CARDOSO, E. **História dos bairros da Saúde, Gamboa, Santo Cristo e Zona Portuária**. Rio de Janeiro: Índex, 1987.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. Desembarques. In: FLORENTINO, Manolo Garcia (org.). **Tráfico cativo e liberdade**: Rio de Janeiro, séculos XVII-XIX. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

CONRAD, Robert E. **Tumbeiros**: o tráfico de escravos para o Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril. Cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

ELTIS, et al. **The transatlantic slave trade, 1562-1867**: A database CD-Rom. Cambridge, 1998.

FLORENTINO, Manolo Garcia. **Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro – séculos XVII e XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

___; MACHADO, Cacilda (orgs.). **Ensaio sobre a escravidão (1)**. Belo Horizonte: UFMG, 2003.

FREIREYSS, G. W. **Viagem ao interior do Brasil**. Belo-Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1982.

JARDIM, David Gomes. **A higiene dos escravos**. Tese (Medicina) Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1847.

KARASCH, Mary. **A vida dos escravos no Rio de Janeiro (1808-1850)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

KIPLE, Kenneth F. **The caribbean slave, a biological history**. Londres: Cambridge University Press, 2002.

KLEIN, Herbert S. **O tráfico de escravos no Atlântico**. Ribeirão Preto: Funpec, 2004.

PEREIRA, Júlio César M. da S. **À flor da Terra: morte e sepultamento de escravos recém-chegados no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamnd/Prefeitura do Rio de Janeiro, 1997.

REGO, José Pereira. **Esboço histórico da epidemia que tem grassado na cidade do Rio de Janeiro, desde 1830 a 1870**. Rio de Janeiro, Typographia Nacional, 1872.

RODRIGUES, Jaime. **O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico atlântico para o Brasil (1800-1850)**. Campinas: Editora Unicamp; Secult, 2000.

____. **De costa a costa: escravos, marinheiros e intermediários do tráfico negreiro de Angola ao Rio de Janeiro (1780-1860)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

SILVA, Alberto da Costa e. **A manilha e o libambo. A África e a escravidão de 1500 a 1700**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; Fundação Biblioteca Nacional, 2002.

TEUSCHER, Reihold. **Algumas observações sobre a estatística sanitária dos escravos em fazendas de café**. Tese (Medicina) apresentada à faculdade de medicina do Rio de Janeiro, em 1853.

Relatos de Viajantes:

DEBRET, Jean Baptiste. 1768-1848. **Viagem pitoresca e histórica ao Brasil**. Trad. Sérgio Milet. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia Limitada, São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1989. (Série Reconquista do Brasil, v. 1,2 e 3).

GRAHAM, Maria. **Diário de uma viagem ao Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; EDUSP, 1990.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro e partes meridionais do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia, 1975.

RUGENDAS, Johann Moritz, **Viagem pitoresca através do Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1989.